



# Anais da Assembléia

N.º 65

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE JUNHO DE 1.978.

ANO IV

## 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 62.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 1.978.

### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buf-fara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Erondy Silvério. (54)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o Plenário, requer que a Sessão Ordinária do próximo dia 14, quarta-feira, seja realizada às 10,00 horas.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1.978.

(a) Luiz Roberto Soares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer o retorno na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 25/78, em virtude de ter sido expirado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, retirado a pedido do Deputado Luiz Roberto Soares, Líder do Governo, da sessão do dia 5 do corrente.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1.978.

(a) Valter Pietrângelo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário e nos termos do que dispõe o artigo 177 do Re-

gimento Interno, seja adiado por mais 10 (dez) sessões a votação da matéria constante do Projeto de Lei n.º 169/77, que trata da doação de imóvel pertencente ao Estado, à Prefeitura Municipal de Palmeira.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1.978.

(a) Lineu Turra.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com amparo nas prerrogativas que o Regimento Interno lhe confere, requer após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Ex.º Sr. MINISTRO DA AGRICULTURA, para que o mesmo gestione com a finalidade de que sejam implantados na cidade de Maringá, os seguintes órgãos: CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS AVÍCOLAS, CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS DO MILHO e CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS DA SUINO-CULTURA.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1.978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### JUSTIFICATIVA:

Já se projetou no cenário nacional o conceito de Maringá, como cidade-polo de uma densa região que se caracteriza pelo elevado índice de produção industrial, agro-pastoril, horti-granjeira e pela sua incessante comercialização, indiscutivelmente entre as mais dinâmicas do País.

Maringá, realmenti polariza mais de cem municípios que se desenvolvem impulsionados pela expansão de suas potencialidades diversas, resultado da somatória dos esforços dispendidos em comum, pelo povo, pelas classes produtoras de todos os setores e por autoridades interessadas na elevação do prestígio regional.

Já possui todas as condições de grande cidade, contando com Universidade diversificada, meios de comunicação e transporte, o clima propício para a agricultura e mão-de-obra suficiente e especializada, exigências para se pretender a implantação em seu domínio territorial, dos órgãos especificados: Centro Nacional de Pesquisas Avícolas, Centro Nacional de Pesquisas do Milho e Centro Nacional de Pesquisas da Suinocultura, medidas requeridas em plenário da Câmara Municipal da cidade, pelo eminente Vereador ANTENOR SANCHES, aprovada e encaminhada para apoio, pelo ilustre Presidente daquele Poder Legislativo, Vereador ANTÔNIO PAULO PUCCA, com o objetivo de dotar o município de melhores níveis de produção.

Em seu expediente, diz o nobre Vereador e disto ninguém duvida, por ser realidade palpável, que o norte do Paraná abriga minifúndios densamente povoados e impróprios para a cultura do café, desaconselháveis à formação de pastagens por suas áreas produzidas, constituindo-se esse fator como decisivo para se incrementar na região, a cultura dos produtos horti-granjeiros, como válvula de escape para aproveitamento e fixação do homem à terra.

Em princípio, para o bom desenvolvimento, é também necessário, a implantação de eficiente sistema de irrigação e eletrificação rural, investimento com breve retorno na produção do abacaxi, tomate e uva, cujo clima existente é ideal.

O fomento para a criação de aves e suínos, dentro da tecnologia já existente em nosso País, é outro ponto de vital importância, considerando-se que o mercado internacional é carente desse tipo de produto de consumo.

Face a tudo isso e mais pelo impressionante sucesso alcançado pela realização da recente exposição Agropecuária e Industrial, a EXPOINGÁ e Primeiro Leilão de todas as Raças, no Parque Exposição "Presidente Emílio Garrastazu Médici", onde se verificou afluência invulgar de pessoas ligadas e interessadas nos setores expostos.

Temos certeza de que por tudo isso, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, deverá sensibilizar-se e atender tão justa pretensão da região de Maringá.

#### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI N.º 84/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instalar, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, (três) 3 Postos de Saúde, nos Distritos de Eliza, Casa Branca e Pindorama, no Município de Xambrê.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei, ocorrerão através de verbas constantes do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1.978.

(a) Quielise Crisóstomo.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Xambrê é um dos municípios que vem apresentando considerável desenvolvimento dentro do cenário estadual.

Esse crescimento, quer no setor econômico, político, cultural e social, está a requerer que o Poder Público Estadual o sustente com obras de infra-estrutura a fim de atender aos reclamos da laboriosa população daquela comuna. E um dos problemas que mais está a requerer a atenção vem a ser o relacionado com a saúde pública. Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bernardi, no Pequeno Expediente.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto à tribuna, não para protestar, não para reivindicar, apenas: por uma obrigação de ofício, como paranaense, para registrar um fato.

Fato que está retratado, registrado no "Diário Oficial do Estado do Paraná", do dia 02 de junho de 1.978, Assembléia Geral Extraordinária, da Metalúrgica Arte Tarumã S.A., quando entre outras coisas, na sua Ordem do Dia, item n.º 1.º, ela discute, aprecia e aprova, a elevação de seu capital social de onze milhões e duzentos mil cruzeiros para vinte milhões de cruzeiros, com a devida incorporação das reservas, correção monetária e lucros suspensos.

Mas, o que chama a atenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o item 2.º, desta Ordem do Dia, quando essa empresa, através de uma proposição de sua presidência, aprecia e aprova "autorização para prestar garantias reais, fidejussórias e cambiárias em favor da empresa coligada e acionista Mangels Industrial S.A., junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais."

E a coisa tem as suas premissas anteriores: A Metalúrgica Arte Tarumã S.A., era uma empresa iminentemente paranaense, criada, crescida, desenvolvida, pelo empenho, pelo esforço de um grupo de paranaenses.

Passando um determinado tempo, dentro desta crise econômica, mas, muito mais que econômica, institucional porque passa o País, essa empresa perde o seu controle acionário

a favor do Grupo Mangels, sediado em São Paulo.

"Conforme faz prova o Diário Oficial citado, a tradicional empresa paranaense Metalúrgica Arte Tarumã S.A., passou ao controle acionário de um grupo paulista. Seus fundadores eram os empresários Omar Câmara e Francisco Prólico, que se viram forçados a vender a indústria ao Grupo Mangels, sediado em São Paulo.

A Metalúrgica Tarumã cresceu apoiada na comunidade paranaense, financiada pelo BADEP, auxiliada pela Secretaria das Finanças do Paraná que liberou impostos de suas máquinas importadas. Produz perfiz metálicos leves e pesados, estruturas metálicas, silos agrícolas e similares. Seu porte pode ser medido pelo capital social de vinte milhões de cruzeiros, além das reservas.

O Grupo paulista tão logo assumiu o controle da Metalúrgica Arte Tarumã S.A., lá levou a empresa a se integrar em seus objetivos de concentração empresarial, decidindo pela A.G.E. de 29 de dezembro de 1977 a dar garantia de favor à sua coligada Mangels Industrial S.A. para o fim de auxiliar a implantação ou expansão de uma indústria do grupo de Minas Gerais. Quer dizer, o patrimônio paranaense servindo de aval para um empreendimento em Minas.

3. O Caso da Tarumã parece ser o padrão dos empreendimentos industriais do Paraná. Se a empresa cresce, acaba fugindo ao controle paranaense, tal como ocorreu com a Siderúrgica Guaíra, Lindenberg, De Mari, Produtos Alimentícios Elma, Pan Serras e tantos outros.

4. A desparanização é um fato que acontece enquanto o Governo anuncia providências para industrializar, para financiar indústrias, etc. Na realidade, a raiz desse problema está no modelo econômico concentrador que foi imposto ao País e que vai sendo rejeitado pelos seus pretensos beneficiários — os empresários do polo econômico, que passam a ver seu mercado estreitado porque toda a riqueza se concentrou nas mãos de algumas milhares de famílias privilegiadas."

Sr. Presidente, como disse no início de meu pronunciamento, não vim aqui para protestar, não vim aqui para analisar, vim apenas para registrar o fato. O povo paranaense, com os impostos que paga, dá recursos para que o Paraná tenha seu fundo de desenvolvimento econômico, que são aplicados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná. Estes recursos aplicados em grupos paranaenses hoje, vão servir através exatamente de aval dado segundo o item dois desta ordem do dia,—autorização para prestar garantias reais, fidejussórias e cambiárias, em favor da empresa coligada acionista Mangels Industrial S.A., junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

E é o dinheiro paranaense, é o esforço paranaense, é o suor do paranaense, servindo, acima de tudo, para que grupos de fora do Paraná estendam fora de sua sede, mas também fora do Paraná, suas atividades, a custo do suor, a custo do sacrifício, a custo da criatividade do povo paranaense.

Fica, portanto, aqui o registro. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste plenário, do Sr. Deputado Fernando Gama, da representação do Movimento Democrático Brasileiro, da Câmara Federal.

Da mesma forma, a Presidência registra com satisfação a presença no plenário do Sr. Joaquim Magalhães, Vereador à Câmara Municipal de Paranaguá.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acabamos de percorrer, na semana passada, grande parte do Norte Pioneiro, onde tivemos a satisfação de analisar e sentir o grande prestígio que goza o Governador Jayme Canet Júnior e o futuro Governador, Ney Braga.

Foi com satisfação, que ao termos contáto com os companheiros da Arena, poderemos dizer com certeza, que a Arena vencerá as eleições tranqüilamente no Norte Pioneiro, com o nosso candidato ao Senado Odilon Túlio Vargas; homem de larga escala na experiência das lides políticas e um grande representante do Paraná no Congresso Nacional.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e povo do meu Paraná, podemos garantir que a Arena será a grande vencedora em nossa região, devido que o nosso povo é grato ao Governador Canet quando, nas horas difíceis, ele sempre está ao lado do povo, quando nos momentos de aplicar o dinheiro em benefício do próprio povo, carrega-se benefício nacional e internacional para que honestamente sejam aplicados, como foram aplicados nas rodovias do Norte Pioneiro, nas escolas, no sistema de saúde e, afinal de contas, sempre procurou amparar os necessitados, os homens das mãos calosas, o grande Governador Canet Júnior que, passará o Governo ao honrado Ministro Ney Braga, que, assim, continuará na meta de bem servir o Paraná e sua gente!

Haveremos, Sr. Presidente, de vir aqui para confirmarmos esta verdade: que, a ARENA, no Norte Pioneiro, será a grande vencedora para a Assembléia, para a Câmara Federal e para o Senado.

Isto, Sr. Presidente, é que nos impele a lutar, que nos impele a estar ao lado dos homens de boa vontade que, não querem outra coisa, a não ser o bem estar de sua terra e de sua gente.

O grande Líder Ney Braga e o grande Líder Jayme Canet, unidos, hão de batalhar a favor da nossa grande agremiação!

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão de orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Jamais, em nenhum momento histórico deste País, a política econômico-brasileira foi tão violenta, tão empobrecedora contra o povo desta Nação, quanto nestes últimos quatorze anos. O lavrador abandona a terra, porque nela não tem condições de permanecer, no seu trabalho produtivo que, a cada ano o empobrece cada vez mais; o operário, não obstante ser submisso à miséria de um salário-mínimo que não corresponde ao seu sacrifício enfrentando nestes dois últimos anos; o terrível afastamento do mercado de emprego, em todas as áreas de atividades; o sistema de Governo, naturalmente capitalista, só pensou e só procedeu, durante estes quatorze anos, em defesa dos interesses mais altos, dos interesses dos poderosos, dos interesses dos apaniguados.

O que observamos em Curitiba, cidade grande do Paraná, nestes últimos tempos, é o índice violento de despejos que ocorrem nos quatro cantos da metrópole curitibana. A Lei do Inquilinato houve por bem dar condições, aos locadores proprietários de prédios rústicos de apartamentos, e de moradias comuns, a subirem ao bel prazer de sua ganância, os alugueres, a cada vencimento de contrato; por outro lado, vêm, como anjos da guarda desses sagazes locadores, as empresas imobiliárias, que, crescem, ao arripio do respeito à economia dos locatários, e que além da imposição das mais violentas e ilegais, recebe por cada contrato de locação, um mês de aluguel, a título de comissão e estes contratos de locação, principalmente na área comercial e industrial, são feitos, como já disse, ao arripio da lei, porque se a lei determina claramente que os contratos de locações comerciais e industriais não podem ser feitos por menos tempo que cinco anos, as empresas imobiliárias, verdadeiras defensoras do interesse violento dos locadores, fazem esses contratos à base de doze meses.

Na área do morador particular, da locação particular se vê em Curitiba hoje, em média, quarenta, cinquenta pedidos

de despejos diários. Na área comercial e industrial, se vê os comerciantes serem oprimidos a pagamentos violentos, muitas vezes, mais do que o dobro do que aquilo que ele paga no ato do vencimento do contrato para renovação de um novo contrato, e tantas quantas vezes os Tribunais são suscitados para defender os direitos dos locatários, sempre são os vencedores os locadores.

Mas, sexta-feira passada, aparecia no meu gabinete, um cidadão que ao contratar a locação de um prédio residencial, de uma casa residencial, além de cumprir todas as determinações contratuais impostas pela imobiliária locadora, dando a ele, além das outras condições impostas, fiador que correspondesse com capital à segurança do pagamento dos alugueres e demais responsabilidades contratuais.

Até aí tudo normal. Mas, além disso, a locadora exigia do locatário, com anuência do fiador, doze notas promissórias correspondentes aos alugueres firmados naquele contrato, alugueres mensais e mais uma nota promissória de vinte mil cruzeiros, para corresponder às necessidades de recuperação do aspecto do prédio ou da casa, na oportunidade da entrega das chaves.

Logo se verifica o abuso na economia popular tão amparado e apoiado pela legislação atual que dá o direito à ganância de um grupo, de um pequeno grupo que se enriquece da noite para o dia com o empobrecimento de multidão inteira. E é de se perguntar. De que vale o Parlamento na atual situação em que vive o sistema político do país em todas as suas áreas? Político-partidária, político-social, político-econômico? E daí nos entristece quando vemos alguém dizer que o Governo está satisfazendo a necessidade do povo; que o Governo, através de seu Partido, recebe o abraço popular; que o Governo tem o apoio integral da população do Paraná e do Brasil.

Se o Governo não o apoia, não dá segurança, não dá proteção ao seu povo, como pode esperar que esse povo lhe dê a confiança necessária?

Como pode esperar que o povo lhe dê o crédito que o Governo merece para ser, realmente, governo do povo?

Como pode querer que o povo dedique o devido respeito que ele deve ter com o Governador do Estado ou da Nação?

É triste verificar os acontecimentos de todos os dias, em Curitiba. São centenas de pessoas que vêm do interior em busca de um emprego, em busca de uma condição de subsistência, em busca de um meio para subsistir; a maioria dessas pessoas são vítimas da política econômica deste Governo, feito através do Banco do Brasil, através do BNE e através dessa famigerada Loteria Esportiva que campeia nos quatro cantos deste País, a miséria e o pão de cada dia de setenta milhões de brasileiros, que são trabalhadores e são pobres.

As empresas imobiliárias, os apaniguados dos proprietários de prédios, de casas e, até, de casebres, empobrecendo, violentando e jogando, na rua, as pequenas mudanças de operários e trabalhadores que quase nada recebem pelo serviço que prestam.

Aí, o desastre econômico num País como este que poderia ser denominado "A Pátria de Deus", porque produz em todas as atividades que o homem possa optar mas, que uma meia dúzia oligárquica, dominadora, nomeadora e tutora deste País, não os devolve o produto de seu trabalho. São cento e dez milhões de brasileiros para produzir com suor, com sacrifício e com trabalho constante para enriquecer meia dúzia que é o grupo que está rico, cada vez mais rico, o empobrecimento constante de uma multidão que está pobre, cada vez mais pobre.

Entrarei, Sr. Presidente, dentro em breve, com uma moção ao Congresso Nacional, as duas Casas do Congresso, pedindo providências no sentido de que se modifique a lei do inquilinato deste País, no sentido de proibir, ou determinar a proibição do avanço econômico de capitalistas que se servem da economia, muitas vezes, do empobrecimento deste País, para se en-

riquecer como enriquecem, violentamente, e, na maioria das vezes, ao arrepio da lei, porque é triste ver, é triste sentir, é triste notar, que se dê tantas possibilidades aos açambarcadores da economia popular.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro sobre se deseja ocupar o espaço, regimentalmente, reservado à bancada.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Da mesma forma, consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/77, de autoria dos Deputados FIDELCINO TOLENTINO e LINEU TURRA, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, o acesso ligando o Distrito de Cafelândia da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/77, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que denomina "ESCOLA DOUTOR LAURO MULLER SOARES", a Unidade Polo de União da Vitória — Ensino de 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/77, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmeira, parte do imóvel que especifica. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**—

Sobre este projeto de lei há requerimento do Sr. Deputado Lineu Turra. Nos termos do Regimento Interno, Sua Excelência requer adiamento de votação por dez sessões. O Regimento Interno, no seu artigo 177, § único, determina que os projetos de programação ou de adiamento de sessão legislativa os vetados e os considerados urgentes não admitirão adiamento de votação. Ocorrendo que o Projeto de Lei n.º 169/77, está em regime de urgência, não poderá a Presidência acolher o requerimento do Sr. Deputado Lineu Turra. Todavia, compromete-se a Presidência, votado no turno de 2.<sup>a</sup> discussão e votação não incluí-lo na Ordem do Dia, sem que antes o Sr. Deputado Lineu Turra possa apresentar substitutivo geral, no decurso dos dez dias por ele requeridos em seu requerimento.

A Presidência compromete-se, desde que aprovado em 2.<sup>a</sup> discussão o Projeto de Lei n.º 169/77, só reincluí-lo na Ordem do Dia decorridos os dez dias solicitados pelo Sr. Deputado. Em discussão o Projeto de Lei n.º 169/77.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Como membro da Comissão de Constituição e Justiça o meu voto foi contrário ao projeto de autoria de Vossa Excelência e do nobre Deputado Fuad Nacli. Daí porque, de acordo com o Regimento Interno, o projeto me foi enviado para que eu oferecesse parecer. E objetivando chamar a atenção dos Srs. Deputados, para o mérito do projeto, vou ler o parecer que teve a aprovação unânime da Comissão de Constituição e Justiça. (Lê)

"De acordo com o voto verbal vencedor exarado em reunião de 06/04/78, nos termos do Art. 60, § 5.º do Regimento Interno, temos que o Projeto de Lei n.º 169/77, de autoria dos nobres Deputados Ivo Thomazoni e Fuad Nacli, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Palmeira, o imóvel que especifica, destinado à construção de residência para o Juiz de Direito da Comarca.

Quanto ao aspecto legal e inconstitucional da doação em si, nada há que possa obstar a sua aprovação, porém quanto à finalidade específica para que a mesma se efetive, entendemos, data vênha, que não encontra amparo legal.

Embora tratando-se de delegação vedada nos termos do Art. 4.º da Constituição Estadual, pode o Tribunal de Justiça, pela Lei Orçamentária, construir prédios destinados a Fórum, mas não está autorizado a construir residências para Juízes.

O Tribunal de Contas do Estado, órgão auxiliar deste Poder Legislativo, tem reiteradamente negado, através de pareceres normativos, a aprovação de prestação de contas de Prefeituras, referentes até mesmo ao pagamento de aluguéis destinados à residência de Juízes de Direito."

Esse foi o parecer e não obstante, o projeto foi aprovado em 1.<sup>a</sup> Discussão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, retificamos aqui todos os termos do Parecer. Entendemos ser inteiramente inconstitucional o projeto. E para defender esta inconstitucionalidade estou aqui na tribuna. Além do aspecto inconstitucional, é fácil ver, a flagrante injustiça do Projeto, e o privilégio até mesmo para o Poder Judiciário, de uma doação pretendida pelos nobres Deputados, autores do projeto.

Pergunta-se se tem por finalidade o projeto, doar imóvel do Estado à Prefeitura, para que a Prefeitura, através do seu principal, que é o imóvel, venha a construir uma casa destinada especificamente à residência do Juiz de Direito. Isso é um privilégio que a lei não pode, em absoluto, admitir.

Seria uma das maiores injustiças, afinal de contas, o Poder Judiciário tem além dos juízes, outros membros, tem os escrivães, tem os oficiais de Justiça e é o Juiz de Direito exatamente, o que mais percebe do Estado para exercer a sua função. Porque esse privilégio de receber casa da municipalidade se as municipalidades têm as suas economias combalidas, debilitadas.

Não vejo razão, Sr. Presidente e nobres Deputados, para a aprovação desse projeto. A doação de um imóvel à municipalidade para o fim específico de construção de casas para juízes é um verdadeiro presente de grego. Além do mais, trata-se de doação com encargo, em que deve ser ouvida a Câmara Municipal, para verificar se pode receber ou não, esta doação. Em que a Câmara Municipal deveria inclusive ser ouvida a respeito até da constitucionalidade, e vai deparar com uma decisão da Assembléia Legislativa do Estado, considerando constitucional o projeto, a fim de que a municipalidade, a Prefeitura de Palmeira, construa uma casa para residência do Sr. Juiz de Direito?

Data vênha, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu entendo que além da inconstitucionalidade, é uma flagrante injustiça, a aprovação deste projeto.

Por isto, estou aqui para ratificar o Parecer e solicitar aos nobres Deputados que votem contrariamente ao projeto, por ser inconstitucional e por ser de flagrante injustiça.

Era só e muito obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 169/77.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, devo confessar que respeito o parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça, que teve a autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

E confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que sabia não ser próprio, deferir-se aos Srs. Prefeitos Municipais, a responsabilidade da construção de residências para Juízes de Direito e Promotores de Justiça.

Todavia, não posso fugir à prática paranaense. Não a conheço noutros Estados.

Estamos saindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de um período em que o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, acaba de instalar neste Estado, nada menos do que uma dúzia de novas comarcas, descentralizando a Justiça no Estado do Paraná, com evidentes melhorias no atendimento, às partes, pois a Justiça está agora, mais do que ontem, mais próxima daquele a quem a estrutura administrativa quer executiva, ou judiciária, foi organizada e posta ao seu serviço.

A verdade é que em todas as novas comarcas instaladas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as comunidades, através dos clubes de serviços, assistidas de perto pelas Prefeituras Municipais, construíram o Edifício do Fórum e as casas que se constituem hoje na residência do Juiz e do Promotor de Justiça.

É verdade que esta prática tem sido adotada no Estado do Paraná, porque taxativamente acordaram em que assim se procedesse o Tribunal de Justiça e os Srs. Prefeitos Municipais.

Verificamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, malgrado que se possa afirmar de sobrecarga, de responsabilidades que pesam hoje sobre os ombros das administrações municipais, há que se testemunhar o fato que esta prática, no Estado do Paraná, contribuiu enormemente na instalação destas novas sedes de Comarcas.

Ocorre, Sr. Presidente, que na Comarca de Palmeira, instalada há muitos anos, ressentia-se ainda, aquele município, de residências para Juiz de Direito e Promotor de Justiça.

Eu que não represento o Município de Palmeira, mas, que, acidentalmente, tive um velho amigo ocupando a Diretoria do Fórum daquela Comarca, fui solicitado a apresentar nesta Casa, um projeto de lei, visando doar, ao Município de Palmeira, um terreno de propriedade do Estado do Paraná.

Então, na justificativa, eu dizia que se destinava o terreno a abrigar a edificação da residência do Juiz de Direito.

Confesso também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esse projeto de lei só foi apresentado, por mim, depois de ter diligenciado junto ao Poder Executivo Estadual e haver recebido da EMOPAR, Empresa de Obras Públicas do Estado do Paraná, memorial descritivo do terreno, mapa contendo a localização do mesmo na quadra e no perímetro urbano, e mais, a certidão do tombamento desse bem em nome do Estado do Paraná, e certidão do oficial privativo do Registro de Imóveis, com o número de transcrição e os dados complementares que se faziam necessários para a instrução deste projeto de lei.

Apresentando o projeto de lei, que teve o apoio do Sr. Deputado Fuad Nacli, representante daquele município, foi o mesmo encaminhado pelo Departamento Legislativo, à Comissão de Constituição e Justiça, à Comissão de Terras, Imigração e Colonização e também à Comissão de Finanças.

Na Comissão de Constituição e Justiça recebeu o parecer a que já me referi, da lavra do eminente Deputado Waldenício Barbalho, sem Relator, contrário à matéria.

Na Comissão de Terras, Imigração e Colonização, recebeu

parecer do Deputado Edilson Alencar, também do Movimento Democrático Brasileiro, também contrário à sua aprovação. Nessa Comissão, o Deputado Werner Wanderer solicitou audiência à Mesa para que voltasse a ouvir outras Comissões.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que nenhuma razão de ordem política, ou pessoal, me levou à apresentação da matéria. Tão somente considerava justo que as autoridades judiciárias daquela Comarca, também dispusessem, em igualdade de condições, com as demais Comarcas do Estado, residência para o seu Juiz e para o seu Promotor.

Não fujo à inconstitucionalidade levantada pelo Sr. Deputado Waldenício Barbalho. Todavia, não vejo também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que pela duocentésima vez esta Casa aprove matéria que vise a doação de próprios estaduais aos municípios deste Estado.

Na semana passada, nós aprovamos três projetos de lei desta natureza. Quero acreditar de que no presente exercício, cerca de dez proposições desta natureza foram aprovadas e, nas legislaturas e nos anos anteriores, isto também ocorreu. Na verdade, é que nós não colocamos neste projeto de lei, nenhuma cláusula de inalienabilidade, aliás, colocamos aqui sim, mediante cláusula de inalienabilidade e empenhorabilidade o terreno que, se não usado para o fim específico, deveria retornar à propriedade do Estado dando-se, portanto, uma garantia que a destinação do terreno seria cumprida.

O Sr. Waldenício Barbalho — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

(Assentimento) — Eu inclusive, nobre Deputado, tenho votado favoravelmente a doações do Estado ao Município. Nada impede. O que está a impedir o meu voto favorável, e o que é inconstitucional no projeto, é a destinação do imóvel para a construção de casas dos juízes.

Ora, se o Tribunal de Contas do Estado, não admite sequer que as Prefeituras paguem alugueres das casas dos juízes, — e isto o Tribunal tem feito através dos pareceres normativos, como admitir que as Prefeituras construam casas para os juízes?

É inteiramente legal o projeto. Com relação às doações do Estado aos Municípios, estas são inaturais e têm recebido, inclusive, o meu voto favorável. Além do mais, se Vossa Excelência acha e entende que a prática tem sido esta, eu posso informar Vossa Excelência que talvez Palmeira se constitua numa exceção, ou das poucas exceções, porque em muitas comarcas deste Estado, os juízes pagam os alugueres de suas casas. Então haveria, com este projeto e a construção da casa pela municipalidade, depois de ouvida naturalmente a Câmara Municipal, porque trara-se de uma doação com encargo e eu não sei sequer se o Município vai resolver ou não, haveria uma discriminação isto sim, porque Palmeira iria construir uma casa, gastando uma importância fabulosa para construir a casa do juiz e em outros municípios os juízes pagam os alugueres de suas residências.

Eu quero dizer a Vossa Excelência que Vossa Excelência está cumprindo com o seu dever. E está atendendo a uma solicitação de um velho amigo, como disse Vossa Excelência, Diretor do Fórum da Comarca de Palmeiras. Vossa Excelência cumpre o seu dever. Mas a Assembléia Legislativa do Paraná haverá de cumprir o seu, negando a aprovação a este projeto.

Muito obrigado, pelo aparte.

O SR. IVO THOMAZONI — Desejo tão somente me posicionar.

Afirmar no início e ratifico o que disse. Todas as novas comarcas instaladas no ano passado, e no presente exercício de 1978, tiveram, o seu edifício do Fórum e as residências para Juízes e Promotores de Justiça, construídas pelas Prefeituras Municipais e as comunidades locais, sem exceção.

Devo, por outro lado, também em defesa do meu projeto de lei, dizer que, não se está dando nenhum encargo financeiro às Prefeituras Municipais. Veja Vossa Excelência, Deputado Waldenício Barbalho, que o projeto de lei é autorizatório.

"Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a doar, mediante cláusulas de inalienabilidade e empenhorabilidade, ao Município de Palmeira, parte do terreno X, Y, Tal, com transcrição Tal de Registro de Imóveis, destinado à construção da residência para o Juiz da Comarca".

Não está excluída a possibilidade, Sr. Deputado, de que o Executivo Estadual, ao pretender doar o referido imóvel, tenha, da parte do Prefeito Municipal, recusada a doação, se esta gravar despesas ao município, notadamente se não autorizado, o Prefeito, pela sua Câmara de Vereadores e se não tiver respaldo do Tribunal de Contas do Estado. Mas, não excluo a possibilidade de que, o Estado do Paraná, a exemplo do que vem ocorrendo nesta administração, com assiduidade maior do que nas administrações anteriores, o Estado do Paraná repasse recursos para que o município construa.

Verificamos, hoje, Sr. Deputado, que o Prefeito Municipal constitui-se, praticamente, num delegado da administração estadual; as construções de casas escolares, nas sedes dos municípios, nos distritos, no Interior dos municípios, as cadeias públicas, as delegacias, os prédios destinados a postos de saúde e outras edificações estaduais, têm sido, nesta Casa, aprovadas, diariamente, e convênios celebrados pelo Governo Estadual com os Prefeitos Municipais, até nas reformas para manutenção dos próprios estaduais. Não vejo como se possa antecipar o pressuposto de que a residência será construída pela Prefeitura Municipal, às expensas do erário público municipal — poderá a Prefeitura, também, através de futuros convênios, quem sabe até com o próprio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, constituir-se no agente receptor de recursos, para a aludida edificação, para a pretendida edificação. E acredito que, por se tratar de mera proposição autorizatória, não caberia, nesta oportunidade, entrar-se no mérito, porquanto não se conhece, dentro deste projeto de lei, o pensamento do Chefe do Poder Executivo de Palmeira. Todavia, entendo como válidas as objeções levantadas por V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Waldenício Barbalho, como de resto também me curvo às pretensões do eminente Deputado Lineu Turra, em sobrestar a votação desta matéria que, só não poderá ser feita, da forma requerida por Sua Excelência o Sr. Deputado Lineu Turra, porquanto o parágrafo único do artigo 177 do Regimento Interno proíbe o adiamento de votação aos projetos de lei considerados urgentes, e, este, está em Regime de Urgência. Todavia, como havia antecipado a V. Ex.<sup>a</sup>, a Presidência encontrou uma saída salomônica para o projeto de lei, desde que não pode sobrestar sua votação, por se tratar de Regime de Urgência — compromete-se, a Presidência, de, votado no turno de 2.<sup>a</sup> discussão e votação, somente incluí-lo na Ordem do Dia para a fase de 3.<sup>a</sup> discussão e votação, após ouvir o Deputado Lineu Turra, que, por solicitação inclusive da Presidência, ficou de gestionar, no Município de Palmeira e através de um Substitutivo Geral, quem sabe dar uma forma redacional capaz de expungir qualquer vício de iniciativa ou qualquer pretensão em se ferir normas estabelecidas e baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Era o que cabia, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 169/77; encerrada a discussão, em votação. Aprovado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Presidência defere. Regimentalmente coloca o Projeto de Lei n.º 169/77 à consideração do Plenário, de forma inversa.

Em votação o Projeto de Lei n.º 169/77.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa). — Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa)..

3 Srs. Deputados rejeitam; 5 Srs. Deputados se abstiveram de votar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o retorno na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 25/78, em virtude de ter sido expirado o prazo de 48 horas, retirado a requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. — Defiro.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando que a Sessão Ordinária do dia 14, quarta-feira, seja realizada às 10,00 horas. — Defiro.

Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/77.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 21 e 141/77.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 171/77, 25, 27, 33 e 37/78.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 72, 86 e 162/77, marcando ainda uma sessão, para quarta-feira, dia 14, às 10,00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 5/64, 140/68 e 25/71.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/70.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.ºs 203/70, 224/70, 4/71 e 202/71.

Levanta-se a sessão.